Amazônia brasileira em 2026: entre sonhos, disputas e projetos de desenvolvimento

> *"As eleições representam uma oportunidade privilegiada para o exercício da cidadania e da corresponsabilidade social. Mais do que escolher governantes e representantes,* ***somos chamados a renovar nosso compromisso com valores fundamentais para a convivência democrática, a justiça social e a fraternidade.****" (Mensagem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao Povo Brasileiro, por ocasião das eleições de 2026)*[1]

Por Cáritas Brasileira

Amazônia: entre sonhos e disputas

O Brasil chega às eleições de 2026 diante de escolhas que ultrapassam a definição de quem ocupará os espaços de poder. Em um contexto marcado por ataques à democracia, pelo aprofundamento das desigualdades e pela dificuldade de construir perspectivas comuns de futuro, **os brasileiros e as brasileiras são novamente chamados a refletir sobre qual projeto de sociedade querem construir e quais valores estão dispostos a defender.**

Essa reflexão passa necessariamente pela Amazônia. A crise ecológica já não é uma ameaça distante: está presente nas secas extremas, nas enchentes, nas queimadas, na perda da biodiversidade e na vida de comunidades que enfrentam, diariamente, as consequências das mudanças climáticas e das pressões sobre seus territórios. **Pensar no futuro da Amazônia é, portanto, pensar também no futuro que estamos construindo para nós mesmos.**

Em 2020, na Exortação Apostólica *Querida Amazônia*, o Papa Francisco compartilhou **quatro grandes sonhos** para a região: um **sonho social**, comprometido com os direitos dos mais pobres e dos povos originários; um **sonho cultural**, que preserve a riqueza das culturas amazônicas; um **sonho ecológico**, que proteja sua beleza natural e sua vida; e um **sonho eclesial**, de uma Igreja capaz de caminhar junto aos povos da Amazônia.[2]

Passados seis anos, esses sonhos permanecem profundamente atuais, mas convivem com disputas cada vez mais concretas sobre os rumos da região. **Que Amazônia está sendo construída? Quem decide quais sonhos e projetos de futuro têm lugar nessa construção? Quem tem participado das decisões sobre seu futuro? Qual modelo de desenvolvimento**

---

[1]CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASILI (CNBB). Mensagem da CNBB ao Povo Brasileiro por ocasião das eleições de 2026. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/MENSAGEM-DA-CNBB-AO-POVO-BRASILEIRO-ELEICOES-2026.pdf

[2]EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL. ***QUERIDA AMAZONIA.*** DO SANTO PADRE **FRANCISCO. Disponível em:** https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html#Sonhos_para_a_Amaz%C3%B3nia

está sendo imposto e quem arca com suas consequências? Em um ano eleitoral no Brasil, essas perguntas ganham ainda mais importância, pois parte das respostas sobre o futuro da Amazônia brasileira também passa pelas escolhas que brasileiros e brasileiras farão nas urnas.

Os projetos em disputa para a Amazônia brasileira também estão inseridos em dinâmicas econômicas, políticas e ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais. É nesse contexto que essas disputas precisam ser compreendidas em uma perspectiva internacional mais ampla. O mundo atravessa um período de crescente tensão geopolítica, marcado pelo enfraquecimento do multilateralismo e do direito internacional e pela intensificação da disputa entre grandes potências, especialmente Estados Unidos e China. Essa competição ultrapassa as relações comerciais e alcança áreas estratégicas como tecnologia, infraestrutura, energia, segurança alimentar e acesso a recursos naturais e minerais críticos, ao mesmo tempo em que a emergência climática amplia a importância de regiões fundamentais para o equilíbrio ambiental do planeta.

Nesse cenário, a América Latina e, particularmente a Amazônia ocupam uma posição cada vez mais estratégica. A região concentra biodiversidade, água, florestas, alimentos, energia e recursos naturais essenciais para a economia global e para a transição energética. Ao mesmo tempo, a fragmentação política latino-americana limita a capacidade dos países de construir respostas comuns e amplia sua vulnerabilidade diante de interesses externos. Quando voltamos o olhar para a Amazônia, **o desafio é evitar que essa nova centralidade reproduza antigas relações de exploração e dependência**, garantindo que as decisões sobre seus territórios e recursos tenham como centro a soberania, os direitos dos povos e comunidades e a proteção da vida.

Pensar em outros caminhos para a Amazônia exige, portanto, questionar modelos de desenvolvimento que tratam natureza, economia e sociedade como dimensões separadas. Na *Laudato Si'*[3], o Papa Francisco nos propõe como resposta à crise ecológica, o caminho da **ecologia integral**: reconhecer que seres humanos, sociedade, economia e natureza são interdependentes. Nesse sentido, cuidar da floresta exige cuidar de seus povos e enfrentar as estruturas econômicas que degradam os territórios. **Tudo está interligado.**

Diferentes faces de um modelo de desenvolvimento predatório

A crescente **financeirização e privatização da natureza** é uma das formas pelas quais as disputas sobre os territórios amazônicos vêm se manifestando. Diante da crise climática, mecanismos de compensação ambiental e de carbono vêm ganhando espaço como respostas para conciliar preservação e atividade econômica. No entanto, quando a lógica da compensação se sobrepõe à obrigação de evitar a destruição, florestas, carbono e biodiversidade passam a ser tratados como ativos negociáveis. A pergunta deixa de ser apenas como impedir a degradação e passa a ser quanto custa compensá-la, permitindo, muitas vezes, que modelos econômicos predatórios continuem operando desde que seus impactos possam ser

[3]CARTA ENCÍCLICA ***LAUDATO SI'*** DO SANTO PADRE **FRANCISCO** SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

contabilizados ou compensados em outro lugar. Nesse contexto, é fundamental garantir transparência, consulta e consentimento livre, prévio e informado, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, sobretudo, o direito dos povos e comunidades de decidir sobre o futuro de seus territórios.

As disputas sobre os territórios amazônicos também se materializam por meio da expansão de grandes obras de infraestrutura e das fronteiras econômicas sobre a floresta. Na Amazônia brasileira, especialmente no sul do Estado do Amazonas e em Rondônia, no interflúvio Purus–Madeira, região de atuação da Cáritas Brasileira em parceria com a Cáritas Alemanha, secas e queimadas se somam ao desmatamento, à pesca e à exploração ilegal dos bens naturais, aos conflitos territoriais e à insuficiente presença do Estado. **Muitos desses problemas estão relacionados a um modelo de desenvolvimento baseado na exploração irresponsável dos recursos naturais, na acumulação sem limites e em uma visão utilitarista da natureza que aprofunda a crise ecológica.**

Nesse contexto, a **rodovia BR-319** expressa de forma concreta a disputa entre diferentes projetos de desenvolvimento para a Amazônia. A rodovia liga Manaus, capital do Amazonas, a Porto Velho, capital de Rondônia, ao longo de cerca de 800 quilômetros. Pesquisadores das áreas de ecologia, ciências ambientais e florestais apontam a pavimentação dessa rodovia **como uma das grandes ameaças à Amazônia brasileira,** sobretudo por conectar um dos blocos mais conservados da floresta ao chamado "arco do desmatamento", podendo ampliar essas dinâmicas para extensas áreas ainda preservadas.[4]

A construção da BR-319 remonta à ditadura civil-militar brasileira (1964–1985). Inaugurada em 1976, a rodovia integrou a política de "integração nacional" e ocupação da Amazônia, sustentada pela ideia de uma região "vazia" e "atrasada", desconsiderando os povos que já viviam e protegiam esses territórios. Sob essa lógica, grandes obras de infraestrutura serviram também à expansão de interesses econômicos sobre a floresta.[5]

O debate sobre a pavimentação da BR-319 ganha especial relevância diante das transformações em curso no interflúvio Purus–Madeira. A rodovia está ligada às dinâmicas da AMACRO, região na interface entre Amazonas, Acre e Rondônia marcada pelo avanço da fronteira agropecuária e por crescentes pressões sobre povos e territórios. Levantamento do Observatório da BR-319 identificou 18.897 quilômetros de ramais — estradas secundárias abertas a partir das vias principais, muitas delas de forma clandestina — na região. Desse total, 2.240 km avançam sobre Unidades de Conservação federais e 1.297 km atravessam Terras Indígenas. A abertura desses ramais está associada ao avanço do desmatamento, da grilagem e de processos minerários.[6]

---

[4] FERRANTE, Lucas et al., "Brazil's Highway BR-319: The road to the collapse of the Amazon and the violation of indigenous rights" de (2021). *DIE ERDE – Journal of the Geographical Society of Berlin*, v. 152, n. 1, p. 65–70. Disponível em: https://www.die-erde.org/index.php/die-erde/article/view/552

[5] SANTOS, Rozana Correa; RIBEIRO, Odenei de Souza. "Como a Ditadura usou bancos, estradas e decretos para 'ocupar' a Amazônia". Amazônia Latitude, 8 fev. 2023. Disponível em: Como a Ditadura usou bancos, estradas e decretos para 'ocupar' a Amazônia

[6] **OBSERVATÓRIO BR-319.** *Abertura de ramais e estradas clandestinas como vetores de desmatamento no Interflúvio Madeira-Purus: análise com dados geoespaciais recentes*. 2025. Disponível em: https://observatoriobr319.org.br/br-319-ramais-e-estradas-clandestinas-avancam-sobre-areas-

Uma pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) citada pela *Deutsche Welle* mostrou ainda que o desmatamento no entorno da BR-319 cresceu 122% entre 2020 e 2022.[7]

Se de um lado, a rodovia é apresentada como suposta resposta ao isolamento, à mobilidade e ao desenvolvimento regional; de outro, povos e comunidades, pesquisadores e organizações sociais e ambientais alertam para seus impactos em um contexto de fragilidade da fiscalização ambiental. Além disso, destacam que **quanto maior a pressão sobre a floresta e os territórios, maiores também os conflitos e as ameaças contra lideranças comunitárias, defensoras e defensores de direitos humanos.** Isso ocorre porque são essas lideranças que, muitas vezes, denunciam invasões, desmatamento e outras violações, reivindicam o cumprimento da legislação e atuam na defesa dos direitos, dos territórios e dos modos de vida de suas comunidades. Discutir a BR-319 é, portanto, discutir **qual projeto de desenvolvimento está sendo pensado para a Amazônia — e quem será beneficiado ou ameaçado por ele.**

No Brasil, o licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos de prevenção de danos ambientais, por meio do qual são avaliados os impactos de obras e atividades potencialmente degradadoras e estabelecidas medidas para prevenir ou reduzir seus impactos. Em 2025, a aprovação da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental e a derrubada de vetos presidenciais pelo Congresso Nacional[8] resultaram no enfraquecimento do licenciamento ambiental, ampliando dispensas e licenças autodeclaratórias, reduzindo condicionantes e limitando a participação de órgãos de proteção e da própria sociedade. **Na prática, isso significa, por exemplo, que obras de infraestrutura e outros empreendimentos com potencial impacto ambiental podem avançar sem uma avaliação ambiental mais aprofundada ou sem que seus impactos sobre povos, comunidades e territórios sejam adequadamente considerados antes de sua implementação.** Esse processo evidencia que a disputa eleitoral de 2026 não se limita ao Executivo: a composição do Legislativo também será decisiva para os rumos do desenvolvimento e da proteção socioambiental no país. Na própria Amazônia, a rodovia BR-319 oferece um exemplo concreto dessa disputa: dispositivos da nova legislação foram utilizados para tentar enquadrar obras de pavimentação da rodovia como intervenções de "melhoria e manutenção", dispensadas de licenciamento ambiental, interpretação que hoje é objeto de disputa judicial.[9]

As pressões que influenciam os rumos do desenvolvimento na Amazônia não são determinadas apenas pelas decisões tomadas dentro do Brasil. Elas também estão relacionadas à demanda internacional por produtos e recursos associados às cadeias produtivas que exercem pressão sobre a região. Soja, carne, madeira, café, cacau e outras *commodities* do Brasil e de outros países que compartilham a Amazônia chegam também ao

---

protegidas-e-facilitam-desmatamento-e-mineracao/?utm_source

[7] *Deutsche Welle.* Por que a pavimentação da BR-319 é controversa. 28/05/2026. https://www.dw.com/pt-br/br-319-por-que-a-pavimenta%C3%A7%C3%A3o-de-rodovia-que-corta-a-amaz%C3%B4nia-%C3%A9-controversa/a-77333380

[8] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/27/congresso-derruba-52-itens-de-veto-a-lei-geral-do-licenciamento-ambiental

[9] Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/nova-lei-enfraqueceu-licenciamento-ambiental-e-o-transformou-em-excecao/

mercado europeu. Para países consumidores, especialmente na Europa, proteger a Amazônia significa também perguntar de onde vêm os produtos consumidos, em quais condições são produzidos e quais impactos deixam nos territórios de origem.

Outro desenvolvimento é possível?

A busca por alternativas ao desenvolvimento predatório nos convida a construir outros caminhos, como o Bem Viver. **O Bem Viver parte de uma compreensão da vida baseada nas relações entre pessoas, comunidades, territórios e natureza, contrapondo-se a uma ideia de desenvolvimento orientada exclusivamente pelo crescimento econômico e pela exploração dos bens naturais.** A agricultura familiar, a pesca tradicional, o extrativismo sustentável, o manejo comunitário e as cadeias da sociobiodiversidade, mostram que outros caminhos são possíveis: geram renda, fortalecem modos de vida e permitem manter a floresta em pé. É esse o desenvolvimento que a Cáritas Brasileira busca fortalecer: construído com e a partir das comunidades, respeitando seus territórios, conhecimentos e formas de viver.

Essa perspectiva também orienta a defesa de uma **transição justa, inclusiva, popular e democrática**, protagonizada pelos próprios povos e comunidades.[10] É também nesse sentido que a Cáritas Brasileira afirma, em sua campanha para as eleições de 2026: “Nosso Voto É Potente”. Potente para participar da escolha sobre qual projeto de sociedade queremos construir e quais valores estamos dispostos a defender.

Ainda podemos sonhar

Os quatro sonhos da *Querida Amazônia* continuam nos convocando. Durante a COP30, em Belém, o Papa Leão XIV recordou que “a Amazônia continua sendo um sinal vivo da criação com uma urgente necessidade de cuidado” e afirmou que esperança e determinação precisam se traduzir também em ações concretas.[11] Esse chamado reforça que os sonhos também exigem compromisso e precisam ganhar forma em escolhas e práticas concretas. As eleições são parte desse caminho. Independentemente dos resultados das urnas, a Cáritas Brasileira seguirá caminhando junto aos povos e comunidades, fortalecendo seus territórios, suas formas de organização, suas lutas e a proteção de quem defende a Amazônia e os demais biomas brasileiros. A construção do Bem Viver, porém, acontece todos os dias, nos territórios, nas redes de solidariedade e na defesa dos direitos. Esse compromisso permanece para além das urnas.

---

[10] CÁRITAS BRASILEIRA. Documento de Posições da Cáritas Brasileira para a COP30: Por uma transição justa, inclusiva, popular e democrática. 2025. Disponível em: https://caritas.org.br/noticias/caritas-brasileira-lanca-documento-com-propostas-para-a-cop30-e-defende-transicao-justa-e-popular

[11] PAPA **LEÃO XIV.** *Mensagem em vídeo às Igrejas particulares do Sul Global reunidas no Museu Amazônico de Belém (Brasil)*. Vaticano, 17 nov. 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/pont-messages/2025/documents/20251117-videomessaggio-chieseparticolari-belem.html